



Salim Tuma Haber, Tesoureiro do CFF, diz que desobediência de farmácias à Lei dos Genéricos pode fazer escapar chance de consolidar atenção farmacêutica

Brasil pode perder oportunidade de ouro de consolidar a atenção farmacêutica

O Brasil poderá desperdiçar uma oportunidade de ouro de consolidar a atenção farmacêutica, caso uma grande parte das farmácias insista em não manter o farmacêutico presente, prestando este serviço à população. O alerta é do Tesoureiro do Conselho Federal de Farmácia, Salim Tuma Haber. O dirigente do CFF observa que a intercambialidade ou substituição de um medicamento de marca por um genérico é o momento de ouro para a história da atenção farmacêutica. “A Lei dos genéricos é uma conspiração em favor do ato farmacêutico”, declara Tuma Haber.

Ele justifica a declaração, salientando que a Lei exige que a intercambialidade seja exercida pelo farmacêutico, por ser um ato exclusivo do profissional, único técnico e cientificamente qualificado para realizar a operação. A Lei dos Genéricos, acrescenta, reitera todo o conjunto da legislação sanitária brasileira, no que diz respeito ao ato farmacêutico. Ou seja, ela veio para consolidar esta atividade profissional.

O temor do Tesoureiro do CFF é de que leigos, como os balconistas, assumam a intercambialidade e, de resto, toda

a atenção farmacêutica, dando um golpe na Lei e fazendo o jogo das farmácias descompromissadas com as questões sanitárias do País. Para Salim Tuma Haber, “isso seria a declaração de morte da atenção farmacêutica, em um momento crucial para a sua consolidação”.

Diante disso, o dirigente do Conselho Federal apela aos Conselhos Regionais de Farmácia para que busquem, urgentemente, uma aproximação com os Sindicatos de Farmacêuticos, Vigilâncias Sanitárias dos Estados e Municípios, Procons e Ministério Público, com vistas a desenvolver acordos, como o que foi realizado em Belém (PA), que resultou na atenção plena, inclusive nos plantões noturnos.

“É preciso fechar o cerco em todas as direções: do ponto de vista sanitário, em obediência à Lei 5991/73, que prevê que as farmácias somente podem funcionar com a presença do farmacêutico; e, do ponto de vista da defesa do usuário do medicamento, em obediência ao Código de Defesa do Consumidor, que prevê o direito deste a informações sobre o produto que está adquirindo”, pediu Tuma Haber.

Remuneração – O dirigente anunciou que, enquanto o Brasil tenta consolidar a atenção farmacêutica, farmacêuticos dos Estados Unidos e de países da Europa, numa fase mais avançada, já estão cobrando pela prestação desses serviços. A cobrança é feita junto aos governos ou diretamente aos usuários de medicamentos. “Quando a farmácia apresenta a conta, ali, estão embutidos os valores do medicamento e da atenção farmacêutica, quer o produto seja pago pelo Estado ou pelo paciente”, comenta Tuma Haber.

Este ano, o Congresso Mundial de Ciências Farmacêuticas, realizado pela FIP (Federação Farmacêutica Internacional), entre outros temas, vai discutir a remuneração à atenção farmacêutica. O Tesoureiro do CFF participará do Congresso, que será realizado, em Nice, na França, de 31 de agosto a cinco de setembro. Ele diz que a população brasileira deve cobrar a presença do farmacêutico, nas farmácias e drogarias, para prestar-lhe orientação. “A atenção farmacêutica precisa ser transformada, na prática, em direito do cidadão, e esse direito só será conquistado, se houver o envolvimento da sociedade”, conclui.